

III CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO

SEMEANDO NOVOS RUMOS — ELVAS / Outubro 1989

I Volume

III CONGRESSO SOBRE  
O ALENTEJO



SEMEANDO NOVOS RUMOS  
ELVAS · 5, 6 e 7 DE OUTUBRO 1989

- Os Campos de Ouguela/Albuquerque, estruturados pela ribeira do Abrilongo e pelo Xêvora, espaço de geminação de comunidades há muito irmanadas no mesmo propósito.
- A zona de Cuncos, na confluência da ribeira do mesmo nome com o Guadiana, e que se estende à volta dessa jóia do Alentejo, que é Monsaraz e o seu castelo.
- Herdade da Contenda e Serra da Adiga/Ficalho, de cujo alto (522 metros) se avista uma das paisagens mais espantosas que me foi dado observar.
- Os Campos de Mértola, do Pulo do Lobo à foz do Vascão, acompanhando os cursos do Chança e do Guadiana.
- O Baixo-Guadiana, elo de união entre dois povos e duas culturas, e tantas outras, a quem por involuntária e injusta omissão, peço desculpas.

## O GUADIANA E OS SEUS IRMÃOS: UM MITO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA

Ana Maria Monteiro

João Carlos Garcia

Instituto de Geografia da Fac. de Letras da Porto

A importância de determinados elementos naturais num contexto geográfico, melhor dito, a importância de um elemento natural no espaço vivido por uma comunidade, tem sido objecto de reduzido número de leituras no âmbito da Geografia portuguesa. A ficção, a música e, especialmente, a poesia, têm-na pelo contrário explorado, em infindáveis exemplos ao longo da sua história. O que se tentará aqui mostrar (ou adivinhar) são algumas facetas do papel de um elemento natural, um rio (ou neste caso, três), na vida dos portugueses, em Portugal.

À alternativa do estudo do Guadiana na sua relação com o espaço, preferimos a da análise dos três grandes rios que atravessam o território português - o Douro, o Tejo e o Guadiana - procurando manifestações espaciais de fenómenos (à escala nacional) que possibilitassem avaliar a importância relativa de cada um deles.

O Tejo, o Douro e o Guadiana há que revê-los, primeiro na formação e organização de Portugal, depois através de interpretações cartográficas de imagens mentais, quer as manipuladas e fornecidas, quer as mais directamente vividas no quotidiano.

“Havia três rios irmãos: o Tejo, o Douro e o Guadiana, que combinaram deitar-se a dormir, dizendo que o primeiro que acordasse partiria primeiro para o mar. O Guadiana foi o primeiro que acordou: escolheu lindos sítios e partiu de seu vagar.” Todos sabemos o conto recolhido por Leite de Vasconcelos e entrado na mitologia do cidadão português escolarizado, através da sua presença no antigo livro único da 3ª classe. A moral da história é o sonatório da imagem moral de cada um dos irmãos: a recompensa e o castigo de virtudes menores como a astúcia e a voluntariedade, e de delitos maiores como a preguiça.

“O Guadiana (...) escolheu lindos sítios e partiu de seu vagar. O Tejo acordou depois (...) e já as suas margens não são tão belas como as daquele [e] o Douro (...) rompu por onde pôde (...) e eis porque as suas margens são tristes e pedregosas.” (*Contos Populares e Lendas*, Coimbra, Univ. Coimbra, 1964, p. 666-667). Ironicamente, os prémios não correspondem à imagem que o regio-

uma imagem ligada à riqueza do território. Bonito, bonito é o Douro, colorido e próspero; cheio de gente trabalhadora, barcos rubelos e pipa-de vinho!

O discurso do poder *versus* o discurso de quem vive o espaço não é novo para o conjunto do país e para os seus três rios: "Tejo, Douro e Guadiana", na versão dos autores para os mais pequenos e também da capital; "Douro, Tejo e Guadiana", na versão geográfica Norte-Sul mas também económica; mas nunca "Guadiana, Tejo e Douro", porque antes de tudo, "soa mal".

Os três rios são, pelas suas características disparas, o símbolo da diversidade do Portugal tão pequeno mas tão diferente, mas eles são também o símbolo da unidade do país: três rios, três irmãos que unem e percorrem as distintas regiões.

No Ocidente peninsular dos séculos IX a XII, o Douro e o Tejo marcam no avanço da reconquista para Sul, duas importantes etapas. Barreiras naturais difíceis de transpor para o homem medieval, elas separaram muçulmanos e cristãos, que as vêem como limites, como linhas a controlar e a defender. O Guadiana pelo contrário, é um rio que não constitui obstáculo físico. Caminha-se numa e noutra margem ao longo do vale de traçado Norte-Sul, embora, terminadas as campanhas militares, ele se constitua em fronteira entre castelhanos e portugueses, entre o Leste e o Oeste.

A uma etapa de conquista de um espaço desconhecido em que os rios serviam naturalmente como referência em vastas regiões, segue-se a fase de organização do território. Os rios são agora chamados a desempenhar o papel de limites administrativos: os concelhos "d'antre Tejo e Odiana", "d'antre Douro e Minho", "d'entre Douro e Mondego", nos fins do século XIII.

A centralização do poder determina as próprias denominações: Além Douro, deixa de ser a margem esquerda desde que quem escreve e quem assina documentos não habita já as terras do extremo Norte, desde que as cidades do Sul assumem funções de capital.

O controlo do espaço estará terminado pelo século XVI. Realizações como o *Nomenclatório de 1527-1532* e o mapa de Álvaro Seco (1561), provam esse controlo, como o provam as importantes corografias regionais do Doutor João de Barros (1548), de Fr. João de São José (1577) ou para o conjunto do país, de Duarte Nunes de Lião (1599). Neste último, como em André de Resende, a lista dos rios citados para o território português em muito se relaciona com a das obras de autores clássicos: mas, a descrição geográfica como a própria cartografia renascentistas reservarão um cada vez mais importante lugar à experiência vivida, para o reconhecimento do País. O Douro, o Tejo e a Guadiana serão desde então, os três rios de Portugal.

"*Deu sinal a trombeta castelhana,*

*Horrendo, fero, ingente e teneroso;*

*Onhin-o o monte Arlabro, e Guadiana*

*Atrás tornou as ondas de medroso.*

*Onhin-o o Douro e a terra transgama;*

*Arreu ao mar o Tejo devaidoso;*

*Eds mãs que o son terribil escutiãno*

*A os petios os filhinhos apertãno...*

Lars, VII, 28.

A utilização dos três rios, como símbolos deliberadamente transmitidos pelo poder numa forma selectiva, encontrando-lha retratada através de variados meios. Vejamos alguns exemplos.

O Terreiro do Paço em Lisboa é, para todos os portugueses, a imagem do poder político centralizado. A meio da praça a estátua de D. José I tendo por fundo o Arco da Rua Augusta. Olhemos com mais pormenor o grupo escultórico que o encina: "as duas figuras laterais, meio delatadas que renatam os corpos atinentes do arco (...) representam os rios Douro (à esq.) e Tejo (à dir.)" (*Guia de Portugal*, I, Lisboa, Fund. Gulbenkian, s.d., p. 184). Não esqueçamos que a conclusão do Arco data da segunda metade do século XIX, mas a ideia de que estes abastados irmãos do Guadiana eram (e deveriam ser ainda mais) as principais artérias do desenvolvimento do país, vinha de trás, desde os projectos de navegação fluvial para o interior da Península nos séculos XVI-XVII, desde mais tarde, com as *Memórias Económicas*, tão cientificamente construídas pelos académicos do século XVIII.

A relação entre o poder e a cultura erudita lembra-nos um outro exemplo curioso para esta última época de que falamos. Percorrendo o *Dicionário de Pseudónimos* de Albino Lapa (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1980), onde encontramos a cada passo a componente toponímica como fonte de inspiração para nomes de poetas e literatos de corte, não registámos uma única alusão ao Guadiana, cujas musas parecem adormecidas *sine die*. Almeida Garrett é António Duranense; Francisco Rodrigues Lobo, Lereño, pastor do Tejo; Tomás dos Santos e Silva, Thomino Sadino...

Mas, saltemos 200 anos, mantendo-nos no quadro da cultura erudita. Debruçemo-nos agora sobre a educação e ensino - do saber que se transmite ao saber que se possui - para pensarmos nas razões explicativas (como se as não soubéssemos), para que os irmãos do Guadiana continuem a ser mais importantes que ele. Vejamos, por exemplo, a quantidade de estudos produzidos sobre cada um dos rios, desde o princípio do século até 1974, através da *Bibliografia Geográfica de Portugal* (Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1948 e 1982). Registámos: 59 títulos para o Tejo, 20 para o Douro e 8 para o Guadiana.

Verdade é que, desde 1974, muito se tem falado sobre o Guadiana mas, curiosamente, pouco sobre o seu regime e a sua bacia, quer do ponto de vista físico, quer do seu aproveitamento como referência para a organização do espaço. No Norte do País, a utilização das "bacias" ou dos "vales" dos rios parece servir de base à criação de unidades de ordenamento do território com fins prioritariamente económicos. Atenlemos nas diversas designações: Vale

do Ave, Baixo Tâmega, etc. "Vale" e "Bacia", dois termos que em Geografia, classificam claramente objectos distintos, confundem-se e utilizam-se para nomear um espaço que se procura original e onde o curso de água que o percorre é o elemento mais marcante. O processo tem-se revelado uma solução para os que decidem o planeamento regional, numa tentativa de controlo de espaços de muito difícil delimitação. Esses "científicos" critérios aplicados na divisão e organização do espaço, se pouco sentido fazem para os exemplos citados, seriam completamente descabidos para quem conhece as áreas que o Guadiana atravessa. É que uma outra "ideia feita" se levanta aqui, a de "litoral interior" como sinónimo de "desenvolvimento-subdesenvolvimento", que por sua vez mais difícil é lançar no mapa se a acumularmos com a de "Norte-Sul". A imagem associada aos dois rios (Tejo e Douro), das duas principais cidades do país (Lisboa e Porto), contribui para sublinhar a forte ligação e poder destes grandes centros do litoral, em oposição a um interior "esquecido e anónimo" de que o Guadiana pode ser um de entre muitos outros símbolos possíveis.

Mas tentemos uma imagem que nos ilustre as consequências de tudo isto. Ou serão as consequências, como já estamos a imaginá-las, assim tão graves? Que sabem os nossos alunos universitários (um outro exemplo de grupo de portugueses chamados a depor) sobre os três rios, eles que se encontram no fim de uma educação como cidadãos privilegiados e que muito devem saber sobre o espaço em que vivem.

Com base num "mapa mudo", os alunos do 1º ano de Geografia da Faculdade de Letras do Porto, representaram os cursos do Douro, do Tejo e do Guadiana. O resultado obtido está patente na Figura 1 que, suponho, não valerá a pena comentar, excepto no que toca ao Guadiana, o mais longínquo e desconhecido, que desagua na costa alentejana, que entra em Portugal por Barrancos, que às vezes se confunde com o Sado. Poderíamos lembrar que os inquiridos são alunos residentes no Porto (embora alguns vindos do Minho ou de Trás-os-Montes...) mas, estamos infelizmente seguros que, para uma amostragem alargada, os resultados não seriam muito diferentes. Basta analisarmos os diversos traçados do Douro, patentes na figura.



Fig. 1 - O Douro, o Tejo e o Guadiana no mapa mental de Portugal dos alunos do 1º ano de Geografia (FLUP)

A ligação sentida de facto pelas pessoas relativamente ao "seu" rio, vamos encontrá-la com características bem distintas nos grandes e nos pequenos núcleos que ao longo dos cursos, para montante, se distribuem. Para aqueles, o rio é já em grande parte qualquer coisa reconstruída intelectualmente, através das mensagens recebidas; para estes, o rio faz ainda e mais fortemente parte do espaço vivido. Lembramo-nos assim de alguns exemplos. Sintonática é a distribuição geográfica de topónimos: Santins do Douro (Alifé), Valença do Douro (Tabuaçó), Cima do Dóbro (Mesão Frio), todos no médio vale do rio; Rossio no Sul do Tejo ou Tejo, na área envolvente de Abrantes; Guadiana no concelho do Alandroal. Semelhante é a distribuição espacial dos locais de edição de periódicos em cujos títulos entra o nome do rio: o *Beira e Douro* (1880) de Lamego, o *Douro* (1885) de Resende, o *Cantinho do Douro* (1964) de Armamar, o *Aurora do Tejo* (1884) de Gavião, o *Tejo* (1911-1912) de Santarém, o *Tejo* (1921) de Abrantes, o *Guadiana* (1927-1936) de Reguengos, *Ecós do Guadiana* (1933-1935) de Mértola, *A Foz do Guadiana* (1921) de Vila Real de Santo António. E os exemplos são infindáveis se nos lembrarmos dos nomes dos barcos ou dos comboios, dos antropónimos, das denominações de comércio e serviços: a "Douropneu" ou o café "Douro Azul" de Penafiel, a "Tejo-Mar Comercial de Mercarias Lda" de Alhandra, a "Escola de Construção Guadiana" de Mértola. É nos pequenos núcleos do interior onde o rio se vive, que a importância dessa relação e do elemento natural em presença salta, sob múltiplas representações e simbologias. É quem não se lembra do cão, da vizinha que se chama Tejo? O protótipo do "Tejo" é um cão forte e ossudo e que não pode apanhar raiva. O nome protege-o!

"No seu quintal não medrava a laranja nem o limão, mas de cerejas era um douró" - assim diz Aquilino em *Terras do Domo*. Das imagens fornecidas à elaboração das imagens, há uma pequena distância, tão pequena quanto é a distância entre o espaço vivido e o espaço construído pelo poder.

Procurámos brevemente saber da importância do Douro, do Tejo e do Guadiana em quem os vive, em quem os constrói e vende, em quem os não conhece e compra. Quem os vive, também os recebe e, então, o Guadiana da aldeia da Luz são dois: o das pescarias e merendas e o da Barragem do Alqueva. Um conhecido e controlado, o outro mítico e alheio. Por isso se reconstrói a torre da igreja e se metem os esgotos.

Aos rios, o poder usou-os como exercício de influência e persuasão, muitas vezes de uma forma repressiva, servindo-se das grandes distâncias (tempo e custo), entre emissores e receptores, para filtrar e difundir informação já simples e descodificada mas, dominadora porque perversa. Aqui, neste encontro, muito se voltou a discutir sobre o Guadiana, mas há que não esquecer que foi ele o primeiro a acordar e que por isso "partiu de seu vagar".